



»»» Continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(iii) Em 11 de abril de 2025 a Companhia recebeu o auto de infração nº 2692000003/25-6, referente a diferenças no cálculo de apuração mensal do incentivo fiscal de ICMS pelo programa DESENVOLVE. O auto abrange o período de fevereiro de 2021 até dezembro de 2022 no montante de R\$ 86.329 referente ao valor de principal, multa e juros. A Companhia ingressou com a defesa e aguarda julgamento. (iv) Em 21 de julho de 2023 foram lavrados os autos de infração nº 10314.720223/2023-10, 10314.720232/2023-01, 10314.720207/2023-19 e 10314.720234/2023-91 ao qual a Companhia foi apontada como responsável solidária sobre o valor aduaneiro das mercadorias exportadas em operações de performance realizadas no exercício de 2020 e 2021. A Companhia obteve decisão favorável e de forma unânime no CARF, onde a Companhia não é responsável solidária, em 28 de novembro de 2024 para o processo nº 10314.720223/2023-10 e em 19 de agosto de 2025 para o processo 10314.720234/2023-91, nos montantes aproximados de R\$ 147.000 e R\$ 14.374, respectivamente. Como não houve recurso pela Fazenda, o processo foi arquivado em 27/02/2025. O auto de infração nº10314.720232/2023-01, com valor atualizado de R\$ 114.488, foi julgado favoravelmente em favor da Companhia e aguarda o trânsito em julgado. O auto de infração nº 10314.720207/2023-19, no valor de R\$ 31.006, aguarda por julgamento. (v) Créditos extemporâneos de PIS/COFINS: A Companhia apurou créditos extemporâneos de PIS/COFINS referentes aos exercícios de 2006 a 2010. Esses créditos decorreram em relação a (a) notas fiscais de materiais de manutenção; (b) despesas de frete nas operações de venda; (c) aquisição de bens móveis e imóveis vinculados à sua operação. Ofertada garantia de apólice de seguro para garantir/caucionar previamente o crédito tributário em discussão. No processo administrativo nº nº 10530.724292/2015-20, a Companhia busca a anulação integral do auto de infração. A União Federal ajizou a execução fiscal que está em andamento sob o número 1033394-38.2022.4.01.3300. O valor total em debate é de R\$ 61.605. (vi) A controlada Borrachas Vipal Nordeste S.A., apresentou Declaração de Compensação (DCOMP) com base em decisão judicial transitada em julgado que reconheceu o direito à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, conforme entendimento consolidado no STF. O crédito habilitado, referente ao período de apuração de setembro de 2009 a fevereiro de 2017, totalizou R\$ 68.794. Em setembro de 2025, a controlada recebeu o Despacho Decisório nº 2.503/2025 glossando parte do valor, no montante de R\$ 48.303. A controlada ingressou com uma manifestação de inconformidade, requerendo a manutenção integral do crédito, que tramita sob o processo nº 10530.918471/2025-06.

18. Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento:
Movimentação do ativo de arrendamento:

Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2023	21.841
Adições/Renovação de contratos	4.924
(+/-) Remensuração de contratos	2.627
(-) Depreciação	(11.707)
(-) Crédito PIS/COFINS	(768)
Varição cambial	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	17.238
Adições/Renovação de contratos	9.923
(+/-) Remensuração de contratos	4.824
(-) Depreciação	(12.657)
(-) Crédito PIS/COFINS	(866)
Varição cambial	(26)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	18.436

Movimentação do passivo de arrendamento:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2023	15.636	23.671
Adições/Renovação de contratos	4.924	4.924
(+/-) Remensuração de contratos	1.207	2.627
(+) Juros do contrato	693	1.246
(-) Pagamentos realizados	(9.530)	(14.369)
Varição cambial	-	355
Saldo em 31 de dezembro de 2024	12.930	18.454
Adições/Renovação de contratos	9.923	9.923
(+/-) Remensuração de contratos	(343)	4.824
(+) Juros do contrato	1.599	2.130
(-) Pagamentos realizados	(10.364)	(15.594)
Varição cambial	-	(26)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	13.745	19.711
Passivo circulante	5.426	8.056
Passivo não circulante	8.319	11.655
Os montantes registrados no passivo não circulante apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:		
2027	3.774	5.552
2028	2.151	3.008
2029	2.394	2.490
Acima de 2030	-	605
	8.319	11.655

Os direitos de uso são amortizados durante o prazo de vigência do contrato de locação e consideram a expectativa de renovação, quando a Administração pretende exercer esse direito, e de acordo com os termos dos contratos. **Informações adicionais:** Para a mensuração do passivo de arrendamento a Companhia preparou um fluxo real de pagamentos e adotou uma taxa de juros nominal para desconto (taxa de juros incremental), conforme preconizado pelo CPC 06 (R2) (IFRS 16). Para fins de divulgação, conforme Ofício Circular da CVM 01/2020, foi mensurado o valor do passivo de arrendamento utilizando fluxo nominal x taxa nominal. A diferença apurada entre a forma de cálculo para contabilização conforme o CPC 06 (R2) (fluxo real x taxa nominal) e a forma requerida pela CVM para divulgação (fluxo nominal x taxa nominal) foi de 5%, considerada pela Companhia imaterial. Os contratos que atendem essa norma são de aluguel de imóvel, máquinas e equipamentos e da frota de veículos. A taxa incremental adotada foi entre 5% a.a. a 22,60% a.a. Na adoção inicial do IFRS 16 / CPC 06 (R2) a Companhia entendeu que o valor utilizado para a mensuração do passivo de arrendamento deveria ser bruto de impostos. A seguir é apresentado quadro indicativo do direito potencial de impostos a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento/locação, conforme os períodos previstos para pagamento, sendo apresentados os saldos não descontados e saldos descontados a valor presente, para fins consolidados.

	Nominal	valor presente
Contraprestação do arrendamento	22.650	19.711
Impostos a recuperar	704	599

19. Patrimônio líquido: a) **Capital social:** Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 o capital social totalizava R\$ 470.000 representado por 234.207 ações. Em 04 de março de 2024 a Assembleia Geral Extraordinária deliberou o aumento de capital social da Companhia, de R\$ 190.262 para R\$ 290.262, no montante de R\$ 100.000, com a utilização do excesso da Reserva Lucros em relação ao capital social, a fim de atendimento do artigo 199 da lei 6.404/76. Em 07 de outubro de 2024, a Assembleia Geral Extraordinária deliberou o aumento de capital social da Companhia de R\$ 290.262 para R\$ 470.000 através da capitalização de R\$ 179.738 utilizando saldo parcial da Reserva Especial, sem a emissão de novas ações. b) **Reservas de lucros: Reserva legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Conforme descrito na nota explicativa 19 (e), em 27 de março de 2025, a Assembleia Geral Ordinária aprovou a constituição da “Reserva Legal” referente ao exercício de 2024. **Reserva especial:** Constituída de acordo com o estatuto e tem por finalidade a formação de reserva especial para assegurar recursos para financiar aplicações adicionais de capital fixo e circulante e expansão das atividades sociais da Companhia e suas controladas. **Lucro a distribuir:** Montante remanescente de lucros retidos em 31 de dezembro de 2025 será objeto de proposta da Administração da Companhia para futura distribuição. c) **Outros resultados abrangentes: Custo atribuído - ativo imobilizado:** A Companhia reconhece nesta rubrica o saldo de reserva de reavaliações de ativos permanentes efetuada em anos anteriores e o saldo do custo atribuído (*deemed cost*) registrado, líquidos dos efeitos tributários, próprio e de controladas e coligadas de forma reflexa. Esses efeitos são revertidos para lucros acumulados na proporção em que os ativos são depreciados ou no caso de alienação ou baixa do ativo. **Varição cambial de filial e controladas no exterior:** A Companhia reconhece nessa rubrica os efeitos da variação cambial sobre a filial e os investimentos em empresas controladas e controladas em conjunto, domiciliadas no exterior. O efeito da variação cambial acumulada sobre os investimentos somente é transferido para o resultado do exercício no momento da ocorrência da alienação desses investimentos. A composição dos efeitos de variação cambial relacionados à controlada e filial no exterior são assim demonstrados:

	2025	2024
Varição cambial de conversão de filiais no exterior	(428)	2
Varição cambial de conversão de controladas no exterior - Nota 10	(45.294)	40.733
Varição cambial ágio de controlada no exterior	12	417
Varição cambial mais valia de controlada	(3.951)	2.483
	(49.661)	43.635

Efeito de aplicação do CPC 42 / IAS 29: O efeito da correção monetária por hiperinflação, das unidades na Argentina, até o exercício de 2017, foi registrado no patrimônio líquido na rubrica de “outros resultados abrangentes”. A partir de 2018, apenas a correção monetária por inflação sobre os itens do patrimônio líquido foi registrada na rubrica de “outros resultados abrangentes”.

d) **Dividendos:** De acordo com o estatuto social, o dividendo mínimo obrigatório é computado com base em 25% do lucro líquido remanescente do exercício, após constituições das reservas previstas em lei. Adicionalmente, conforme mencionado na nota explicativa 15, os contratos de empréstimos e financiamentos possuem cláusulas restritivas (“covenants”), dentre as quais a Companhia não pode distribuir dividendos, calculados sobre os resultados auferidos, acima de 25% do lucro líquido do exercício.

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	135.826	270.201
Reserva legal	(6.791)	(13.510)
Base de cálculo dos dividendos	129.035	256.691
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	32.259	64.173
Dividendos mínimos obrigatórios - 25% por ação	R\$ 137,74	R\$ 274,00

A movimentação do saldo de dividendos a pagar é a seguinte:

	Controladora	Consolidado
	2025	2024
Saldo inicial de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	66.806	71.933
Pagamento de dividendos do ano anterior	(66.806)	(69.300)
Distribuição de dividendos de exercícios anteriores	-	7.814
Proposição de dividendos do exercício	32.259	64.173
Juros sobre capital próprio (i)	-	535
Saldo final de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	32.259	66.806

e) Os juros sobre capital próprio pagar estão líquidos de Imposto de Renda e Contribuição Social retidos na fonte. f) **Transações com sócios:** Aquisição de participação societária: Refere-se a compra realizada no ano de 2020, por parte da Companhia, de 24.600 ações da controlada MTNA equivalentes a 30% do capital da Controlada. Por se tratar de transações entre sócios, o impacto da mais valia paga pela Controladora e da recompra de ações foi tratado no patrimônio líquido da Controladora, como uma transação entre acionistas, conforme orienta o CPC 36 (R3) (IFRS 10) - Demonstrações Consolidadas. Abaixo são demonstrados os valores registrados na data de aquisição (valores em reais):

Etapas	Contraprestação	PL adquirido	Mais-valia
Compra de 30% ações pela Controladora	38.757	29.612	9.145
Recompra de 19% de ações pela subsidiária MTNA	21.754	18.755	2.999
Total apropriado em outros resultados abrangentes			12.144

Aquisição de participação minoritária: Em 29 de agosto de 2025, foi assinado o contrato de compra e venda de ações ordinárias da controlada Marangoni Tread Latino América S.A., para aquisição de 200.000 ações, equivalente a 20% do capital da investida. A Companhia, passou a deter 100% de participação na controlada. O preço acordado pelas ações foi de R\$ 2.534, (equivalente a € 400 (quatrocentos mil Euros)). Por se tratar de transações entre sócios, dentro da mudança em sua participação na controlada foi tratado no patrimônio líquido da Controladora, como uma transação entre acionistas, conforme orienta o CPC 36 (R3) / IFRS 10 - Demonstrações Consolidadas. Os valores estão demonstrados abaixo.

	Contraprestação	PL adquirido (i)	Mais valia
Compra de 20% das ações da controlada	2.534	(2.473)	(5.007)
Mais valia referente aos 20% dos não controladores			2.988
Total apropriado ao Patrimônio Líquido			(2.019)

(i) Valor do patrimônio líquido da controlada na data de compra das ações.

20. Lucro por ação: O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício. O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações potenciais que provocariam diluição. A Companhia não possui uma categoria de ações potenciais que provocariam diluição, desta forma o lucro por ação básico e diluído apresentam o mesmo valor. O quadro abaixo apresenta o cálculo do lucro básico e diluído por ação:

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	135.826	270.201
Média ponderada de ações ordinárias	234.207	234.207
Lucro por ação - básico e diluído (em Reais)	579,94	1.153,68

21. Receita operacional líquida: A receita operacional líquida apresenta a seguinte composição:

	Controladora	Consolidado
	2025	2024
Receita bruta de vendas	1.810.961	1.706.800
Devolução/abatimento de vendas	(24.968)	(9.289)
Impostos sobre a venda	(305.031)	(265.374)
Receita operacional líquida	1.480.962	1.432.137

22. Custos e despesas por natureza: A Companhia apresenta a demonstração do resultado por função. Conforme requerido pelo CPC 26 / IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, apresenta, a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

	Controladora	Consolidado
	2025	2024
Custo dos produtos vendidos	(1.203.960)	(1.138.110)
Despesas com vendas	(109.188)	(126.668)
Despesas administrativas e gerais	(152.543)	(143.297)
Outras receitas (despesas), líquidas	(8.479)	15.404
	1.474.170	1.392.671
	2.459.081	2.242.696
	Controladora	Consolidado
	2025	2024
Despesas por natureza	1.049.516	(994.368)
Materia prima e materiais de uso e consumo	(214.168)	(195.725)
Despesas com pessoal	(54.372)	(60.947)
Frete	(36.025)	(34.911)
Depreciação e amortização	(19.401)	(19.299)
Depreciação e amortização	(8.347)	(7.946)
Amortização de mais valia de ativos	(8.277)	(7.666)
Deprec. de ativos de direito de uso CPC 06 (R2) (IFRS 16)	(12.228)	(16.744)
Energia elétrica	(13.443)	(17.712)
Consultoria e assessoria	(5.126)	(12.523)
Bonificações em produtos	7.767	1.693
Perda de crédito esperadas sobre contas a receber	(97.059)	(61.434)
Outras despesas operacionais, líquidas	1.474.170	1.392.671

• **Outros** - Incluem os segmentos de (i) Reparo de pneus (produtos destinados a reparos de pneus e câmaras, tais como telas, remendos e manchões, entre outros, tendo como principais clientes as borracharias, lojas de concerto de bicicletas e oficinas mecânicas); (ii) Máquinas (fabricação de máquinas para reforma de pneus, cujo os clientes são primordialmente os reformadores); (iii) Produtos para indústria (produtos para aplicação por indústrias, compreendem colas e outros produtos para adesão de borrachas usualmente empregados em máquinas de diversos setores).

	Reforma a Frio		Camelbacks		Compostos p/ 3%		Duas Rodas		Outros		2025
	Mercado interno	Mercado externo	Mercado interno	Mercado externo	Mercado interno	Mercado externo	Mercado interno	Mercado externo	Mercado interno	Mercado externo	Consolidado
Receita operacional líquida	1.004.638	496.746	358.639	94.687	61.371	19.793	399.519	5.044	270.714	118.148	2.829.299
Custo dos produtos vendidos	(692.859)	(315.910)	(263.950)	(73.868)	(46.456)	(16.078)	(259.849)	(4.001)	(172.201)	(73.591)	(1.918.763)
Lucro bruto	311.779	180.836	94.689	20.819	14.915	3.715	139.670	1.043	98.513	44.557	910.536
Receitas (despesas) operacionais											(540.318)
Resultado financeiro											(163.847)
Imposto sobre o lucro											(58.419)
Lucro líquido do exercício											147.952

	Reforma a Frio		Camelbacks		Compostos p/ 3%		Duas Rodas		Outros		2024
	Mercado interno	Mercado externo	Mercado interno	Mercado externo	Mercado interno	Mercado externo	Mercado interno	Mercado externo	Mercado interno	Mercado externo	Consolidado
Receita operacional líquida	897.385	565.729	341.550	85.851	52.223	12.625	346.705	3.756	230.848	122.585	2.659.257
Custo dos produtos vendidos	(592.945)	(321.354)	(262.070)	(57.862)	(36.635)	(10.811)	(224.003)	(2.743)	(142.678)	(71.471)	(1.722.572)
Lucro bruto	304.440	244.375	79.480	27.989	15.588	1.814	122.702	1.013	88.170	51.114	936.685
Receitas (despesas) operacionais											(520.124)
Resultado financeiro											(48.699)
Imposto sobre o lucro											(87.198)
Lucro líquido do exercício											280.664

A Companhia não divulga o valor total dos

ativos e passivos por segmento, uma vez que essa informação não é preparada e apresentada regularmente ao principal gestor das operações. Isso ocorre, pois, a maioria dos ativos é utilizada de forma compartilhada na produção dos diversos segmentos. Também não divulgaremos informações sobre despesas com vendas, administrativas ou financeiras por segmento, uma vez que os recursos de pessoal e os financeiros são usados de forma corporativa e não há informações disponíveis por segmento.

Informações por área geográfica:

	2025	2024
Brasil	2.094.882	1.868.711
América do Sul	272.201	308.734
América do Norte	301.722	318.498
Europa	98.364	97.695
América Central	18.959	22.500
Ásia	14.966	13.564
Oceania	19.445	18.487
África	8.760	11.068
Receita operacional líquida	2.829.299	2.659.257

26. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro: a) **Classificação dos instrumentos financeiros:** A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou em outros ativos de risco. A Companhia possui exposição a riscos associados à utilização de seus instrumentos financeiros, conforme descrito a seguir, para fins consolidados.

	Classificação por categoria	Hierarquia valor justo	Valor contábil		Valor justo	
Ativos			2025	2024	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	427.524	521.165	427.524	521.165
Aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	11.344	14.748	11.344	14.748
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	81	19.613	81	19.613
Contas a receber de clientes	Custo amortizado		568.482	575.173	568.482	575.173
Contas a receber partes relacionadas	Custo amortizado		5.193	3.554	5.193	3.554
Ativos de contrato	Custo amortizado		32.773	28.130	32.773	28.130
Outros créditos	Custo amortizado		104.160	83.648	104.160	83.648
Passivos						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Custo amortizado		1.312.990	1.463.898	1.303.717	1.444.964
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	7.392	1.790	7.392	1.790
Fornecedores	Custo amortizado		169.066	266.579	169.066	266.579
Contas a pagar a partes relacionadas	Custo amortizado		435	4	435	4
Dividendos a pagar	Custo amortizado		35.088	70.155	35.088	70.155
Passivo de arrendamento	Custo amortizado		19.711	18.454	19.711	18.454
Débitos com partes relacionadas	Custo amortizado		35.151	36.202	35.151	36.202
Outras contas a pagar	Custo amortizado		46.819	52.480	46.819	52.480

Na avaliação da administração o valor justo de seus instrumentos financeiros se aproxima do valor contábil, exceto para os empréstimos e financiamentos. A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

Nível 1: preços cotados (sem ajuste) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e
Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Continua »»»